



**TESTE SELETIVO – EDITAL Nº 245/2013-PRH
ADVOGADO**

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA DISSERTATIVA

- Este caderno contém a capa com as instruções e uma folha com o texto de apoio.
- Este caderno é personalizado. Confira os dados e **assine** no local apropriado. Qualquer divergência avise a um dos fiscais da sala.
- O grampo que prende este caderno **NÃO** pode ser retirado.
- A prova, na versão definitiva, deve ser manuscrita de forma legível e com caneta de tinta azul ou preta.
- As provas dissertativa e objetiva devem ser desenvolvidas dentro do tempo total de 4 horas.
- Ao final da prova o candidato deve entregar a um dos fiscais da sala este caderno e todas as folhas de almanço, utilizadas ou não.
- Na **versão definitiva** da prova dissertativa o candidato **não pode** assinar, rubricar, escrever qualquer palavra, ou fazer qualquer marca que o identifique sob pena de ter a prova dissertativa anulada.

DADOS DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

Com base nas informações fornecidas, produza uma peça processual.

PEÇA PROCESSUAL DIREITO ADMINISTRATIVO

Eloah..., brasileira, advogada, impetrou mandado de segurança alegando que foi aprovada em concurso público para o cargo de advogado do Estado do Paraná em outubro de 2010, tendo exercido suas funções na comarca de Cambará, PR. Ocorreu que foi exonerada em fevereiro de 2012 porque participou de greve dos servidores do Poder Executivo no período de 20 de novembro de 2011 a janeiro de 2012, greve essa declarada ilegal.

Ao prestar informações, o Governador do Estado aduziu que a impetrante, além de estar em estágio probatório, não cumpriu com os requisitos da assiduidade e de responsabilidade, tendo, de forma espontânea e por vontade própria, participado do movimento grevista – inclusive como declara em defesa administrativa endereçada ao Procurador Geral do Estado, tendo sido exonerada por não completar os requisitos necessários do estágio probatório e ter cometido falta grave, traduzida na inassiduidade.

O Tribunal de Justiça do Paraná negou a ordem, por entender que a circunstância de a servidora pública estar em estágio probatório e ter participado de movimento grevista ilegal por período superior a trinta dias, é suficiente para tipificar conduta com aptidão à máxima pena da exoneração, não existindo direito líquido e certo à reintegração.

Diante do exposto, e em sendo você o(a) procurador(a) da impetrante, elabore a medida judicial cabível contra decisão publicada na última sexta-feira, para a defesa dos interesses da sua cliente, abordando as teses, os fundamentos legais e os princípios que poderiam ser usados em favor do impetrado.